

## PROVA BRASIL E IDEB: QUAL A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO E DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO?

Renata Suzigan Dainese<sup>1\*</sup>, Mônica Piccione Gomes Rios<sup>2</sup>

1. Estudante de IC da Faculdade de Educação da Puc Campinas

2. Pesquisadora da Faculdade de Educação da Puc Campinas

### Resumo:

O objetivo dessa pesquisa foi investigar a concepção de avaliação e de qualidade presentes na Prova Brasil e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) respectivamente. Em uma abordagem qualitativa, considerando os dados quantitativos, realizou-se pesquisa nos documentos legais disponíveis no portal do Ministério de Educação. A pesquisa documental foi precedida do mapeamento dos estudos realizados sobre a Prova Brasil e o Ideb no ensino fundamental, apresentados nos congressos da Associação Nacional de Política e Administração da Educação e nos Programas de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas e da PUC-São Paulo, no período de 2008 a 2015. A análise revelou que a Prova Brasil está inserida na concepção de avaliação com ênfase nos resultados, e com relação à concepção de qualidade que permeia o Ideb, foi observado que o indicador não considera os condicionantes intra e extraescolares que implicam a qualidade do ensino oferecido.

**Palavras-chave:** Prova Brasil; Qualidade da Educação Básica; Ideb.

**Apoio financeiro:** CNPq

**Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição:** PUC Campinas.

### Introdução:

A partir da década de 1990, conforme Sousa (2003), as avaliações em larga escala ganharam espaço no contexto educacional brasileiro e, desde então, as políticas públicas de avaliação têm se centrado no desempenho dos alunos nas provas e os indicadores de qualidade que elas geram.

O objetivo inicial destas avaliações era diagnosticar as condições de oferta do ensino no território nacional e, a partir da análise dos dados coletados, traçar políticas públicas com potencial para oferta de ensino de qualidade para todos, a exemplo da Prova Brasil, implementada em 2005, cujo resultado integra o Índice de Desenvolvimento da Educação

Básica (Ideb).

O Ideb, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), configura um indicador de qualidade do ensino fundamental que expressa o rendimento escolar do aluno a partir do fluxo escolar (taxas de aprovação, reprovação e evasão) e do desempenho na Prova Brasil.

A Prova Brasil tem como objetivo avaliar a qualidade do ensino oferecido aos alunos das escolas estaduais, municipais e federais. De acordo com Bonamino e Sousa (2012, p. 378), foram adotadas “[...] a fim de aumentar o conteúdo informacional da avaliação e suas consequências sobre as escolas [...]” o que, segundo as mesmas autoras, “[...] permite agregar à perspectiva diagnóstica a noção de responsabilização”, identificando-a como uma avaliação de segunda geração, uma vez que torna público os resultados obtidos nos testes e transmite-os para as escolas, instaurando consequências simbólicas (não materiais) pelo mau desempenho. O intuito que permeia essa atitude é causar uma comoção entre os envolvidos com a educação, com vistas à efetivação de melhorias.

À luz de Freitas (2005), é necessário que as avaliações em larga escala sejam articuladas às avaliações institucionais de natureza interna, sendo essas conduzidas pelas respectivas unidades escolares. Dessa forma, todos os condicionantes que compõem cada unidade escolar integrarão as avaliações e poderão constituir subsídios para problematizações e discussão de caminhos que impliquem mudanças a serviço das aprendizagens dos alunos.

Dessa forma, constitui objetivo geral dessa pesquisa: investigar a concepção de avaliação e de qualidade presentes na Prova Brasil e no Ideb, respectivamente.

### Metodologia:

No desenvolvimento dessa pesquisa houve predominância da abordagem qualitativa, sem desconsiderar os dados quantificáveis, uma vez que os métodos

qualitativos e quantitativos não se excluem. A opção pela pesquisa qualitativa deve-se ao fato de favorecer a compreensão particular daquilo que se estuda, buscando o significado das ações, das situações, das representações dos indivíduos, enfim daquilo que pode ser manifestado. Segundo Flick (2009, p. 37), “A pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais.”

Foi realizada pesquisa nos documentos legais disponíveis no portal do Ministério de Educação (MEC) que se referem à Prova Brasil e ao Ideb.

A pesquisa documental foi articulada ao mapeamento das pesquisas realizadas sobre a Prova Brasil e Ideb, com foco no ensino fundamental, considerando os estudos apresentados nos congressos da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), dissertações e teses apresentadas nos Programas de Pós-Graduação em Educação da PUC-Campinas e Pós-Graduação de Mestrado e Doutorado em Educação: Currículo da PUC-São Paulo, no período de 2008 a 2015, tendo como base a criação do Ideb em 2007. Buscou-se também, trabalhos publicados no *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), na Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com vistas a ampliação do referencial teórico. Os dados foram sistematizados, por meio de triangulação, de modo a identificar a concepção de avaliação presente na Prova Brasil, e a concepção de qualidade presente no Ideb.

### Resultados e Discussão:

A partir dos estudos observados há indícios de que a Prova Brasil, avaliação nacional que gera indicador de qualidade (Ideb), repercute nos processos de ensino e aprendizagem nas unidades escolares, uma vez que é notória a preocupação das mesmas com os resultados na avaliação em questão, dado que ela integra o Ideb.

É importante ressaltar que, embora com o propósito de prestar contas ao Estado e controlar os sistemas de ensino, a Prova Brasil configura ferramenta que possibilitou o acompanhamento e monitoramento da educação no país, haja visto que, em acordo com Melo, Carnielli e Gomes (2012, p.13), gera “dados a respeito do desempenho dos alunos mesmo com certas limitações”.

Entretanto, a implementação de metas e práticas de ranqueamentos entre as escolas indicam, conforme indica Colombo (2015, p. 137), no que tange as avaliações em larga escala, que ao sobressair a “utilização dessas como instrumentos de regulação e controle por parte do Estado [...], pouco tem contribuído para a consolidação de mudanças efetivas no cenário educacional”.

Ainda em acordo com a referida autora, na busca pela qualidade da educação, essas manobras acabaram “contribuindo para se criar uma cultura avaliativa baseada em índices quantitativos tomados como indicadores de qualidade da educação” (COLOMBO, 2015, p.137). Esses indicadores não devem ser utilizados como referência única para mensurar a qualidade educacional de uma dada escola pois como esclarece Silva (2015, p. 14), “os resultados do Ideb não captam a complexidade dos fatores que condicionam a qualidade da educação”, embora promova discussões a cerca da qualidade que se almeja conquistar.

Oliveira e Oliveira (2013, p. 16) sugerem que “a melhoria da qualidade da educação demanda igualmente a melhora conjunta dos indicadores de desempenho e fluxo escolar”, os quais integram o Ideb. Chirinéa e Brandão (2015, p. 474) reforçam essa constatação e destacam a necessidade de também serem considerados outros fatores, além do fluxo e desempenho dos alunos, para que a educação seja, de fato, de qualidade. Os autores defendem que “o conceito de qualidade não pode ser reduzido somente ao desempenho escolar, tampouco ser tomado como referência para um processo de prestação de contas (*accountability*) e para a construção de um *ranking* entre escolas”.

O trabalho de Gigante e Vieira (2015, p. 8) mostra que, além da competição, a divulgação dos resultados das provas provoca também “o desestímulo, a angústia e a frustração daqueles que não alcançaram as metas projetadas”. Ainda mais alarmante é a constatação das autoras de que, a fim de alcançar as metas projetadas, unidades com sinais de estar desenvolvendo um trabalho apropriado passam a questionar “todo o trabalho produzido e tende a direcionar o seu trabalho para atender a uma demanda externa, a Prova Brasil” (GIGANTE e VIEIRA, 2015, p. 8).

Assim, é necessário que a avaliação externa seja reconhecida pelas escolas como um recurso que pode contribuir para a compreensão de sua realidade bem como das questões que necessitam ser aprimoradas, caso contrário, como indicam Chirinéa e

Brandão (2015, p. 475) “a avaliação externa se reduz à mera atividade técnica e mecanicista, cujos critérios de eficiência, eficácia e produtividade acabam por direcionar todo o processo educativo”.

Com relação ao Ideb, são notáveis aspectos dissonantes que a implementação dessa política gerou.

No estudo de Koga e Rosso (2015), há reconhecimento do potencial do Ideb ao que se refere ao diagnóstico das condições de ensino no país e de orientação de políticas públicas.

A percepção do Ideb enquanto indicador de qualidade, evidencia, na perspectiva de Silva (2011, p. 85), o risco de a escola “se tornar espaços de preparação para esse teste ou exame, simplificando sobretudo, o processo de ensino e aprendizagem”. A autora aponta ainda que “pode haver uma motivação dos alunos memorizarem modelos de resolução de questões que provavelmente podem se deparar nesses exames governamentais, como a Prova Brasil [...] quando na verdade, deveriam priorizar a forma como seus alunos estão aprendendo.” Na mesma direção, Oliveira (2011, p. 18) aponta a necessidade de se pensar se a avaliação da aprendizagem dos educandos incentiva o desenvolvimento de sua autonomia, uma vez que estudos indicam que na verdade “reforçamos o desenvolvimento dos nossos alunos de forma dependente, limitada, verificando, neste caso, caminhos únicos de avaliação da aprendizagem.”

Assim, a análise dos referidos estudos, fruto do mapeamento realizado, aponta para uma concepção de avaliação centrada nos resultados e uma concepção de qualidade atrelada a dados majoritariamente quantitativos.

### **Conclusões:**

A presente pesquisa teve como objetivo identificar as concepções de avaliação e de qualidade presentes na Prova Brasil e no Ideb, respectivamente.

Os estudos indicam que a Prova Brasil vem se estabelecendo como um mecanismo do Estado de controle e regulação dos sistemas de ensino. Insere-se, dessa forma, no paradigma dominante de avaliação, com ênfase nos resultados, promovendo a competição entre as escolas e a responsabilização dos envolvidos com o processo educativo pelo sucesso ou fracasso escolar.

Com relação ao Ideb, indicador de qualidade que encerra o fluxo (taxas de aprovação, reprovação e evasão) e o desempenho dos alunos na Prova Brasil, é reconhecido seu potencial para promover reflexões e problematizações nas escolas. Entretanto, a qualidade que o permeia é reflexo de dados exclusivamente quantitativos, sem considerar as peculiaridades de cada unidade escolar, e por consequência, os condicionantes intra e extraescolares

Assim, a evolução da condição educacional atual para uma educação de qualidade, ou seja, em prol das aprendizagens e da formação cidadã dos alunos, depende de políticas públicas avaliativas em uma perspectiva emancipatória.

### **Referências bibliográficas**

AFONSO, A. J. **Reforma do estado e políticas educacionais: entre a crise e do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional.** Educação e Sociedade, Campinas, n. 75, p.15-32, ago. 2001.

BONAMINO, A.; SOUZA, S.Z. Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr/jun. 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Brasília, Inep, jun. 2016.

CAPPELLETTI, I. F. (org.). **Análise Crítica das políticas públicas de avaliação.** São Paulo: Articulação Universidade/Escola, 2005.

COLOMBO, B. **Prova Brasil e SARESP: Repercussões na Construção da Qualidade da Educação na Percepção de Professores e Gestores de Escolas Públicas Estaduais do Município de Campinas (SP).** 153 f. Dissertação (Mestrado) – programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

DOURADO, L. F. e OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas vol. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FREITAS, L.C. Qualidade negociada: avaliação e contra-regulação na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 911-933, 2005.

SOUSA, S.M.Z.L. Possíveis impactos das políticas de avaliação no currículo escolar. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 119, p. 175-190, jul. 2003.

FREITAS, L. C. de; SORDI, M. R. L. de; MALAVASI, M. M. S.; FREITAS, H. C. L. de. **Avaliação educacional: caminhando pela contramão**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GADOTTI, M. **Qualidade na Educação: uma nova abordagem**. In: Congresso de Educação Básica: qualidade na aprendizagem (COEB), 2013.

GIGANTE, K. V. A.; VIEIRA, E. P. **Avaliação da Prova Brasil e o Ideb: percepção das unidades escolares**. XXVII Simpósio Brasileiro de Políticas e Administração da Educação. Olinda, Recife, 2015, p. 1-10.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.39, n.2, p. 413-436, abril/junho. 2014.

MORAES, M.C. O Paradigma Educacional Emergente. Disponível em : <[http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/candida/paradigma\\_emergente.2006](http://www.ub.edu/sentipensar/pdf/candida/paradigma_emergente.2006)> Acesso em: 26.jul.2016.

OLIVEIRA, A.P.M. **A Prova Brasil como política de regulação da rede pública do Distrito Federal**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PERRENOUD, P. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória: desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo**/Ana Maria Saul. 6 ed. – São Paulo, Cortez. 2001.

SCHNEIDER, M.P; NARDI M.P O Potencial do IDEB como estratégia de *accountability* da qualidade da educação básica. **RBP AE**, Recife, v. 29, n. 1, p. 27-44, jan./abr. 2013.